

“MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS” E A CRIAÇÃO DA DIVISÃO MILITAR DA GUARDA REAL DA POLÍCIA (DMGRP)

Paulo Henrique dos Santos (UFRRJ)

hpmrio@gmail.com

Mario Cesar Newman de Queiroz (UFRRJ)

mcnqsofocles@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho apresentaremos, a partir de fontes primárias, alguns aspectos históricos relativos à criação da Divisão Militar da Guarda Real da Polícia (DMGRP) que são pertinentes de serem conhecidos, ou melhor, compreendidos para uma leitura do romance “Memórias de um sargento de milícias”, de Manuel Antônio de Almeida. Entre outras fontes bibliográficas, a pesquisa tomou por base alguns documentos de época sobre a criação da guarda e todos os seus regulamentos de atuação policial. Sob esse enfoque uma série de ocorrências e procedimentos realizados pelos policiais, sobretudo pelo seu chefe, o Major Vidigal, no romance são vistos em seu aspecto “realístico”, o que reforça o caráter histórico, talvez mais que picaresco deste romance romântico. Aqui apontamos também para o início de uma abordagem biográfica da figura histórica, porém quase lendária do Major Vidigal.

Palavras-chave:

Memórias de um sargento de milícias. Guarda Real de Polícia. Major Vidigal.

1. Introdução

O presente trabalho tem por objetivo realizar um estudo no romance “Memória de um sargento de milícia”, obra escrita pelo carioca Manoel Antônio de Almeida, mas assinada com autoria disfarçada pelo pseudônimo de “Um Brasileiro”. A escolha da obra decorre inicialmente da experiência profissional que tenho como Sargento da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) em mais de 20 anos de serviço prestados nessa corporação que tem como missão constitucional exercer o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Assim sendo, pretende-se utilizar desse tempo de experiência profissional para explicar de forma crítica os objetivos para criação e a função da Divisão Militar da Guarda Real da Polícia (DMGRP). Instituição que teve vida curta, pois foi extinta em 1831.

Desse modo, trazer informações e elucidações sobre a DMGRP, que são pouco exploradas nos estudos sobre a narrativa de Almeida, e que julgamos necessárias, e úteis dessa obra que apresenta quarenta e

oito capítulos divididos em dois volumes, pois dessa forma foi publicada a primeira edição, uma no final do ano de 1854, e a outra no início de 1855, e conta a história do personagem Leonardo, protagonista dessa narrativa do tempo do rei. Por outro lado falaremos de um personagem histórico e antagonista dessa trama de ficção, o Major Vidigal, primeiro brasileiro nato nomeado subcomandante da DMGRP, a força policial militarizada criada no Brasil, após a chegada da família real portuguesa na cidade do Rio de Janeiro.

Pode-se dizer que o objetivo principal do trabalho é analisar o livro e a função da Divisão Militar da Guarda Real da Polícia junto à sociedade carioca daquele início do século XIX. Precisamente o ano de 1809, data de criação da DMGRP, segundo o decreto de criação assinado por D. João VI, tendo por função promover a segurança e a tranquilidade públicas desta cidade. Na verdade, a criação era motivada pela constatação de que não havia por parte da população o devido respeito às mais rigorosas leis daquela época, ou seja, as leis do livro V das ordenações Filipinas, um código que se aplicava em Portugal e suas colônias, e que vigoraria no Brasil até o ano de 1830.

É relevante explicitar que outros trabalhos serão usados como fonte de consultas, sobre o assunto, e poderá ser possível identificar e compreender quais as contribuições da história para construção da obra. Portanto, o estudo do romance se faz necessário, pois mostra uma sociedade com seus grupos ideológicos e culturais, um tema tratado em diversos capítulos da obra: na vida amorosa, na religiosa, na administração pública e outros setores daquela sociedade e entender a obra e os fatos relacionados àquele período é uma forma de levar o indivíduo a construir consciência crítica e ainda se posicionar frente às questões sociais, pessoais e interpessoais dessa nação nos dias de hoje.

A metodologia do trabalho foi fundamentada por meio de pesquisa bibliográfica realizada em documentos e publicações, ou seja, em fontes primárias e secundárias, da seguinte forma: na coleção das leis do Império do Brasil, uma coleção publicada pela Imprensa Nacional, que inclui Cartas de Leis, Alvarás e outras normas daquele período, e ainda nas seguintes obras: *Dialética da malandragem*, ensaio de Antônio Cândido (1970), no romance; *Literatura brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos*; de Luiz Roncari (2002), o livro ajuda compreender a sociedade a partir de suas criações literárias, entre elas o romantismo, período que a obra aqui analisada foi escrita; *Era no tempo do rei: atualidade das* “Memórias de um sargento de milícias”; de Edu Teruki

Otsuka (2016), a obra expõe questões de diversos grupos sociais do período do império é marcada por rixas, rivalidades e vinganças; “Galhofa sem melancolia: as Memórias num mundo de luzias e saquaremas”; de Mamede Mustafá Jarouche (2015), uma obra que orienta a leitura, e contém documentos sobre o autor e o período em que foi escrita, e seguimos com a introdução feita por Mario de Andrade. Tudo com propósito de resultado qualitativo, pois os autores teceram observações importantes acerca da escrita do autor carioca Manoel Antônio de Almeida, por isso a escolha da obra Memória de um sargento de milícia.

2. As contribuições da história para construção da obra

Neste capítulo, apresentaremos um panorama histórico do período sobre o qual foi construída a narrativa e o tempo do narrador, pois com base em alguns estudiosos da obra entre eles Jarouche e Otsuka pode-se dizer que para compreendê-la é necessário conhecer o momento histórico sobre o qual o romance se constrói. Nessa perspectiva é importante citar que a obra retrata o início do século XIX, ou seja, tem sua ação transcorrida no período entre os anos de 1808 e 1821, conforme propõe a celebre frase com que Almeida (2015, p. 21) abre à narrativa, “Era no tempo do rei”. Indicando o período em que o príncipe regente D. João VI transferiu a sede do império português para o Brasil como o momento histórico do tempo do narrador na obra.

Desse modo, podemos dizer que o primeiro episódio histórico do século dezenove que contribui para construção da obra foi a chegada da corte portuguesa em 1808, na cidade Rio de Janeiro que se torna a nova capital do império, e sofre rapidamente inúmeras transformações. O segundo episódio foi a criação da DMGRP, instituição criada em 13 de maio de 1809, pois é dela que sai o antagonista da narrativa, o personagem histórico, o major Vidigal, homem justiceiro de grande autoridade e muito temido pela população da cidade do Rio de Janeiro daquele início de século, ele era o subcomandante da DMGRP, mas a narrativa retrata o major Vidigal como chefe da polícia local, e não era. Ele andava na frente dos seus granadeiros, uma função que o personagem principal, Leonardo, vai exercer no capítulo XLII, denominado “O granadeiro”, ou seja, um soldado.

Entre o tempo do rei e o tempo do autor, diversas foram as mudanças no país, o retorno de D. João VI para Portugal, a independência e também o período regencial, após crises políticas e econômicas, e ainda

rebeliões, revoltas e guerras internas e externas, em meio à independência do Brasil já formalizada e consolidada, mas com pendências econômicas junto à Inglaterra e também Portugal, em razão do apoio para reconhecer a independência.

Outro episódio histórico que contribuiu para construção da obra foi o Golpe da Maioridade, uma decisão consentida pelo parlamento brasileiro que declarou o príncipe herdeiro, D. Pedro II, Imperador do Brasil, também nos convém dizer que a crise política e econômica que se arrastava no país naquele período tinha origem em dois partidos daquela época que se alternavam periodicamente no poder: os liberais e os conservadores ou simplesmente Luzias e Saquarema, foi dessa alternância no poder que surgiu o golpe da maioridade, pode-se dizer que foi desse contexto histórico envolvendo disputa política e crise econômica que surge o folhetim, obra objeto do nosso estudo.

A obra “Memórias de um sargento de milícias” foi citada por muitos críticos literários como uma narrativa original, espontânea e pessoal do autor, escrita numa época em que os folhetins eram sinônimos de idealizações românticas, mas também em um período de golpe político. Nesse tempo, o jovem autor carioca Manuel Antônio de Almeida, era redator do mais importante jornal da cidade do Rio de Janeiro, o Correio Mercantil, que por sua vez tinha ligações políticas com o partido liberal (Luzias). Eles, os liberais foram substituídos no poder no ano de 1848, pelo imperador D. Pedro II, que passou o poder para o partido conservador (Saquaremas). Mamede Mustafá Jarouche (2000), dentre inúmeros comentários que faz da obra e o tempo em que foi escrita, relata um fato importante, e muito pertinente dessa troca, observe:

Em 1848, como os tempos fossem de revolução e agitação na Europa, o imperador Pedro II, de alguma forma preocupada com as repercussões da situação internacional no Brasil tinha decidido modificar a política interna: invocando o tal poder moderador, que lhe cabia, derrubou o gabinete liberal, no poder desde 1844, e convocou os conservadores a formar um novo gabinete. O primeiro ministro nomeado na ocasião, Marques de Oliveira, resolvera compor naturalmente, um gabinete só com ministro de seu partido, e despachou do governo, sem a menor cerimônia, os liberais e seus aliados. Esse, como seria de se esperar, sentiram-se traídos pelo imperador, ficaram furiosos e começaram a fazer barulho: desejavam o poder a qualquer jeito (...), e para isso utilizaram de vários jornais um dos quais era o Correio Mercantil em que criticavam violentamente todo e qualquer ato do governo conservador, (...). Entre as denúncias outras acusavam os conservadores de se aliarem aos portugueses contra os brasileiros, dentro e fora do País. De 1848 a 1853, os liberais bateram insistentemente nessa tecla do “regressismo”. (JAROUCHE, 2015, p. 15)

Foi nesse contexto histórico que Almeida escreveu seu único romance, o “Memórias de um sargento de milícias”, no meio século, um período em que o país passava por muitas mudanças em razão da crise política entre os luzias e os saquaremas, mas também econômica. Percebe-se que a obra tem sua ação transcorrida para o tempo do rei, mas não podemos afirmar com clareza qual foi o período. Contudo, existem relatos de um suposto sargento que veio para o Brasil em 1817, para a campanha da Cisplatina, e contou parte da história da DMGRP ao o jovem autor carioca Manoel Antônio de Almeida, redator daquele que seria o mais importante jornal da cidade, ele faz um recuo no tempo por razões de conveniência e oportunidade. Mas ao que tudo indica o regresso no tempo possivelmente é um modo de evitar dissabores com políticos e personalidades importantes daquela época, com o recuo o autor evitar a crítica direta ao seu próprio tempo, ele faz uma comparação entre os períodos, e desloca a ação da obra para o tempo do rei, conforme pode ser observado:

Era no tempo do rei.

Uma das quatro esquinas que formam as ruas do Ouvidor e da Quitanda, cortando-se mutuamente, chamava-se nesse tempo – O canto dos meirinhos! –; e bem lhe assentava o nome, porque era aí o lugar de encontro favorito de todos os indivíduos dessa classe (que gozava então de não pequena consideração). **Os meirinhos de hoje** não são mais do que a sombra caricata **dos meirinhos do tempo do rei**; esses eram gente temível e temida, respeitável e respeitada; formavam um dos extremos da formidável cadeia judiciária que envolvia todo o Rio de Janeiro no tempo em que a demanda era entre nós um elemento de vida. (Almeida, 2011, p. 65)

Portanto, a obra retrata a cidade do Rio de Janeiro no tempo do rei, da malandragem, da obscuridade, da ordem, da desordem e da coexistência entre os contrários, da adversidade, do comportamento imoral e interesseiro. Esta é a crônica relatada por Manuel Antônio de Almeida sobre a cidade do carioca no tempo da família real, o autor, um jovem jornalista rompeu com os padrões da época para falar do dia a dia das classes populares do Rio de Janeiro no tempo do rei.

1.1. A origem da obra e do título

Pode-se dizer que a origem da obra está parcialmente fundamentada nas memórias de um autêntico sargento de milícias, o cidadão português, Antônio César Ramos. Entretanto, o mesmo não se pode dizer quanto à origem do título da obra, pois existe uma ambiguidade nele que

pode referir ao herói do livro, o personagem Leonardo, ou até mesmo ao legítimo sargento da DMGRP que contava ao jovem autor casos do tempo do rei, no período em que serviu com o subcomandante daquela instituição, o major Miguel Nunes Vidigal.

Os fatos aqui narrados podem ser observados na obra de Mário de Andrade denominada *Nos Aspectos da Literatura Brasileira*, onde autor lembra que Melo Morais Filho relatou no livro *Fatos e Memórias*, as seguintes informações, a saber:

Melo Morais Filho conheceu este sargento quando, já desengajado, era diretor de escritório no Diário do Rio, após ter exercido estas mesmas funções no Correio Mercantil. Português de nascimento chamava-se Antônio César Ramos e viera como soldado para a guerra da Cisplatina em 1817, no Regimento de Bragança. Depois chegara a sargento de milícias, ainda na Colônia, sob o mando do Major Vidigal. Dando baixa, se passara para o emprego nos jornais. Conheceu e prezava muito o Maneco Almeida, o qual, antes de subir para a redação, procurava o ex-sargento, puxava-lhe pela língua, armazenava casos e costumes do bom tempo antigo, para passá-los nos seus folhetins. Tudo isto o César relatara a Melo Morais Filho, que, por sua vez, tudo reporta nos Fatos e Memórias. E assim ficamos sabendo que Manuel Antônio de Almeida, além de leituras possíveis, tinha um ótimo informante dos casos de polícia e gente sem casta ou sem lei que expõe no seu romance. Mas ficamos incertos em decidir se o título do livro é um preito de gratidão prestado ao informador, ou se relaciona ao herói, cujas aventuras acabam justo quando ele obtém as divisas de sargento. (ANDRADE, 2002, p. 149)

Portanto, com base no livro Melo Morais Filho, Mario de Andrade afirma que foi a partir das recordações do velho sargento, e que Manuel Antônio de Almeida teria composto suas histórias. Do mesmo modo, ele ajuda a esclarecer a possível ambiguidade no título da obra, uma vez que o protagonista dela, só ingressa nas DMGRP, no segundo livro, e no capítulo, denominado *Granadeiro*, antes maioria de suas aventuras se passa na bagunça. Dessa forma, tudo indica que o título da obra pode se um reconhecimento da coautoria da obra ou uma singela homenagem do jovem escritor ao velho sargento de milícias por suas histórias do tempo do rei.

1.2. Estudiosos da Obra: “Memória de Um Sargento de Milícia”

É consenso entre os estudiosos da obra “Memórias de um sargento de milícia” que o autor retrata em seu trabalho a sociedade carioca do início de século, desse modo utilizamos como fundamentação teórica para a presente monografia alguns estudiosos sobre a escola literária, o

autor e a obra. Na verdade, foi necessário mudar o jeito de pensar e agir para compreender os ensinamentos de literatura, pois aquilo que parecia fácil poderia, ao final, revelar-se um grande engano.

Utilizamos alguns textos de Antônio Candido. Em primeiro lugar, seu estudo denominado *Dialética da malandragem*, um texto básico para os estudiosos do romance “Memória de um sargento de milícias”, e àqueles que querem entender de forma clara, transparente e objetiva a bela narrativa de Manuel Antônio de Almeida, e ainda *Manuel Antônio de Almeida: O romance em moto contínuo*, onde autor trata a obra de excêntrica. Outro trabalho é o capítulo que retrata o ano de 1850, na obra *Romantismo no Brasil*, a saber:

No decênio de 1850 surgiu um romance singular em relação às tonalidades e concepções predominantes: Memórias de um sargento de milícias, de Manuel Antônio de Almeida (1831-61), publicado anonimamente em folhetins de 1852 a 1853. Além dele, o autor só publicou artigos e um libreto de ópera, sem imaginar que o seu livro desprezível, e despercebido na hora, teria no futuro um êxito duradouro, que o tornou até hoje dos mais lidos e estimados da nossa literatura. É uma obra marginal, desligada das modalidades em voga, tanto realistas quanto melodramáticas. Para começar, o autor não pertencia aos grupos literários predominantes, e, portanto não tinha satisfações a dar ao gosto oficial. Em segundo lugar, não parece ter querido a princípio escrever uma narrativa estruturada, mas apenas ir contando cenas e episódios da vida popular do Rio de Janeiro nos anos de 1810 e 1820. Em terceiro lugar, como bom jornalista, tinha golpe de vista para perceber o traço pitoresco dos costumes. Tudo isso o deixou bastante livre para seguir uma espécie de prazer fabulativo, equivalente ao do contador de casos que não pretende fazer obra importante. Mas como o Reino dos Céus pertence aos humildes, ele conseguiu sem querer o milagre de um romance original, apesar de singelo, escrito com naturalidade única no tempo e tornado significativo pelo discernimento da vida diária. (Candido, 2002, p. 60)

Entretanto, *Dialética da Malandragem* é o texto de melhor indicação para OS que querem ler e compreender a narrativa. Nele, podemos encontrar um parecer bem mais incisivo sobre o valor literário do romance. Antônio Candido percorre a crítica sobre o referido livro e faz uma análise bem elaborada, na qual se baseia a ideia central da investigação desenvolvida no texto em dois pontos, ou seja, a alteração da ordem e a desordem. O crítico literário atribui o devido valor ao livro de Manuel Antônio de Almeida, pois retoma e desenvolve algumas ideias já comentadas por outros autores, entre eles Mario de Andrade, e ora ele concorda outras vezes discorda.

Depois, Luiz Roncari: *Literatura brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos*, um livro que auxilia na compreensão da sociedade a partir de suas criações literárias. Em seguida, de Mamede Mustafá Jarouche, “Galhofa sem melancolia: as Memórias num mundo de luzias e saquaremas”, uma obra que orienta a leitura e contém documentos sobre o autor e o período em que foi escrito, além de falar da ordem e da desordem entre os dois grupos políticos, sendo um deles ligado ao Partido Liberal e o jornal Correio Mercantil, responsável pela publicação do folhetim na seção *Pacotilha*.

É necessário frisar também que o autor Jarouche esclareceu a forma anônima de Manuel Antônio de Almeida retratar a sociedade, e a utilização do pseudônimo “Um Brasileiro”, utilizado por ele:

Aliás, o fato de uma obra ser publicada anonimamente ou sob pseudônimo não significava que se desconhecesse o nome exato de seu autor. Num ambiente acanhado, como era o caso da Corte, existiam várias maneiras de fazer que esses homens certos soubessem quem era o autor. (JAROUCHE, 2000, p. 30)

(...) o autor não assinou o romance com seu nome: preferiu usar pseudônimo (...). Alguns críticos afirmam que se tratava de uma profissão de fé nacionalista. Pode ser. Contudo, nunca é demais lembrar que portugueses e até franceses radicados no Brasil já haviam assinado textos com o pseudônimo “Um Brasileiro”. Talvez tencionassem, com isso, demonstrar seu amor ao País. Quem sabe? Outros críticos garantem que “Um Brasileiro” seria simples referência ao fato de tratar-se de uma produção nacional, e não de tradução do francês ou de outra língua. Mas tampouco esse ponto de vista está livre de questionamentos, pois não era inusual a publicação de traduções com igual pseudônimo (traduzido por “Um Brasileiro”). (JAROUCHE, 2000, p.41)

“Memórias de um sargento de milícias” é uma obra que possui uma fortuna crítica constituída de opiniões complexas e, na maioria das vezes, divergentes, por apresentar, na composição do texto, aspectos incomuns à estética da época e, principalmente, elementos temáticos não utilizados por outros autores do período no qual foi escrito, fazendo dele uma obra peculiar.

Por fim, Edu Teruki Otsuka: *Era no tempo do rei: atualidade das Memórias de um sargento de milícias*. A obra expõe questões de diversos grupos ou classes sociais do período do império, e segundo o autor, “A maior parte das relações interpessoais no universo das Memórias é marcada por rixas, rivalidades e vinganças”.

As Memórias de um Sargento de Milícias (...) são comumente consideradas uma obra que destoa da linha predominante na produção literária

de sua época. A singularidade do romance de Manuel Antônio de Almeida foi assinalada pela crítica de várias maneiras, e, como acontece com frequência, a ideia se tornou um lugar-comum que, de tão repisado, pouco contribui para a reflexão. (OTSUKA, 2016, p. 11)

Os autores falam dos seguintes costumes: ordem, desordem e das relações humanas da sociedade do Rio de Janeiro daquele início do século XIX. É quase o mesmo que olhar para essa mesma sociedade nos dias de hoje. A linguagem popular e a vida das camadas pobres e médias são as protagonistas deste romance do século XIX, mais precisamente do Brasil do tempo do rei, onde a ironia e o deboche das trapalhadas de Leonardo, o primeiro grande malandro da literatura nacional segundo Antônio Candido.

Portanto, a obra retrata a cidade do Rio de Janeiro do período joanino, o contexto literário apresenta uma realidade político-social específica da malandragem, da obscuridade, da ordem, da desordem e da coexistência entre os contrários, mas também do jeitinho da adversidade, do comportamento imoral e interesseiro como os costumes, as relações interpessoais, as pressões sociais, as opiniões e ideias e o modo de ver os acontecimentos. A narrativa do carioca Manuel Antônio de Almeida retrata sobre a cidade no tempo da família real, uma época em que todos procuravam extrair com o menor esforço as melhores condições e vantagens possíveis. A narrativa traz a experiência e o modo de vida da sociedade brasileira daquele início de século, mas escrita no meio dele, ou seja, 1852. Por isso, a obra se tornou um livro singular da literatura brasileira.

2. *A criação da Divisão Militar da Guarda Real da Polícia (DMGRP)*

Início este capítulo tratando do elemento fundamental da história da DMGRP, o seu decreto de criação, algo muito limitado para quem fala dela, incluindo o público interno. Na abertura do romance chama atenção, e faz referência um período do tempo muito marcante, mas também violento, o primeiro capítulo denominado origem, nascimento e batizado, o autor Manuel Antônio de Almeida apresenta logo no início da obra algumas peculiaridades daquele passado, época em que a família real vivia no Brasil, o autor faz questão de marcar alguns pontos da cidade do Rio de Janeiro daquele início de século. O canto dos meirinhos é um desses pontos localizado entre a rua do ouvidor e da quitanda. Esse local foi citado pelo jornalista Laurentino Gomes em seu livro *1808*, uma obra que recebeu o prêmio de melhor ensaio da Academia Brasileira de Le-

tras, o autor falar sobre o Rio de Janeiro na época da corte de D. João VI, e relata o quanto era elevada a violência na cidade do RJ, naquele início de século, um dos episódios é citado a violência e a desordem a rua do ouvidor:

A criminalidade atingiu índices altíssimos nos treze anos da permanência de D. João no RJ. Roubo e assassinatos aconteciam a todo momento. No porto, navios eram alvos de pirataria. Gangues de arruaceiros percorriam as ruas atacando as pessoas a golpes de faca e estilete. Oficialmente proibidos, a prostituição e o jogo eram praticados à luz do dia. “Nesta cidade e seus subúrbios, temos sido muito insultados pelos ladrões”, relata o arquivista real Luiz Joaquim dos Santos Marrocos numa das cartas ao pai, que ficara em Lisboa (...). No Rio de Janeiro da Corte, a maioria da população andava armada. O cônsul inglês James Henderson surpreendeu-se com o número de pessoas que portavam facas escondidas nas mangas de seus capotes, “as quais tiram e usam com grande destreza”. Pouca gente saía desacompanhada à rua depois do anoitecer. Pedradas eram um tipo de agressão muito comum. Grande número de escravos era preso por desferir pedradas em pessoas que simplesmente passavam pela rua. A mulher do embaixador americano Thomas Sumpter foi atingida por uma delas no olho enquanto estava dentro de sua carruagem na Rua do Ouvidor. (GOMES, 2004, p. 200)

Portanto, a chegada e a instalação da corte imperial na cidade do Rio de Janeiro, houve mudanças positivas na colônia, mas também negativas. Houve avanços, principalmente nas áreas de educação, cultura e na administração pública com a criação de alguns órgãos entre eles: a criação da Biblioteca Nacional com um rico acervo trazido de Portugal, e das primeiras instituições financeiras, como o Banco do Brasil, e a imprensa e uma instituição criada para preservação da boa ordem a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia (DMGRP), composta por três companhias de infantaria e uma de cavalaria essa era a estrutura da DMGRP, os oficiais e praças da Guarda Real de Polícia seriam recrutados preferencialmente nos regimentos de infantaria e cavalaria de linha da guarnição da corte, ou seja, eram todos nascidos em Portugal essa informação pode ser observado regulamento interno, itens I e II do decreto de criação da DMGRP, composto por vinte e quatro itens.

Antes, porém, cumpre observamos que na cidade do Rio de Janeiro ocorria todo o tipo de crime e desordem pública de todas as espécies. Diante deste fatos tão próximo, o príncipe regente D. João VI, assina em 13 de maio de 1809, o decreto criando a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia com o seguinte objetivo: prover á segurança, boa ordem e sossego público da cidade, da forma que segue abaixo transcrita no decreto, a saber:

DECRETO – DE 13 DE MAIO DE 1809.

Crêa a divisão militar da Guarda Real da Polícia no Rio de Janeiro. Sendo de absoluta necessidade prover á segurança e tranquillidade publica desta Cidade, cuja população e trafico têm crescido consideravelmente, e se augmentará todos os dias pela affluencia de negócios Inseparável das grandes Capitaes; e havendo mostrado a experiência, que o estabelecimento de uma Guarda Militar de Polícia é o mais proprio não só para aquelle desejado fim da boa ordem e sossego público, mas ainda para obstar ás damnosas especulações do contrabando, que nenhuma outra providencia, nem as mais rigorosas leis prohibitivas tem podido cohibir: sou servido crear uma Divisão Militar da Guarda Real da Polícia desta Corte, com a possível semelhança daquella que com tão reconhecidas vantagens es tablecei em Lisboa, a qual se organizará na conformidade do plano, que com este baixa, assignado pelo Conde de Linhares, (to meu Conselho de Estado Ministro e Secretario de Estado dos Nogocios Estrangeiros e da Guerra. O Conselho Supremo Militar o tenha, assim entendido e o faça, executar na parte que lhe toca.

Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1809.

Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor.

(Coleção das Leis do Brasil p, 54)

Portanto, a história do que viria a ser conhecida como DMGRP, sabe-se que tem início com o decreto assinado por D. João VI, onde foi criado, um embrião da polícia ostensiva, composto por um estado maior, três companhias de infantaria e uma de cavalaria com um efetivo previsto de 218 homens, e como mesma imagem da guarda que existia em Portugal, incluindo o fardamento, ela nasceu inspirada nas organizações europeias (França/Gendarmarie).

Os quartéis da DMGRP na cidade do Rio de Janeiro foram instalados nas seguintes localizações:

- 1 – Primeira Companhia de Cavalaria Campo de Santana;
- 2 – Primeira Companhia de Infantaria; Valongo (próximo a Praça Mauá).
- 3 – Segunda Companhia de Infantaria; Prainha (Próximo ao Passeio).
- 4 – Terceira Companhia de Infantaria; Largo da Ajuda (Cinelândia).

Aqui no Brasil, o primeiro comandante foi o ex capitão da Guarda de polícia de Portugal José Maria Rebello de Andrade Vasconcellos de Souza, que tinha a experiência na função e acompanhava a família imperial na fuga para o Brasil. Já em terras brasileiras o ex capitão foi nomeado tenente coronel e tornou-se o comandante da guarda, e como seu auxiliar foi escolhido um brasileiro nato, o Major de Milícias Miguel Nunes Vidigal.

Nessa primeira metade Século XIX, houve sucessivas modificações ao longo do Império, que foram marcadas não só por crimes comuns e intranquilidades públicas, mas por diversas crises políticas e econômicas que trouxeram mudanças para o país, e para a polícia do Rio de Janeiro que teve diferentes nomes, em diferentes épocas ao longo da sua história, mas principalmente no período Imperial, a saber:

- 1 – Divisão Militar da Guarda Real da Polícia – 1809.
- 2 – Guarda Imperial de Polícia – 1822.
- 3 – Corpo de Guardas Municipais Permanentes – 1831.
- 4 – Guarda Policial da Província do Rio de Janeiro – 1835.
- 5 – Corpo Municipal Permanente da Corte – 1842.
- 6 – Corpo Policial da Corte – 1858.

Abaixo, segue a história da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro contada no site oficial da instituição, observe:

No início do século XIX, como consequência da campanha Napoleônica de conquista do continente europeu, a Família Real portuguesa, juntamente com sua corte, decide se mudar para o Brasil. Aqui chegando, a Corte instalou-se no Rio de Janeiro iniciando a reorganização do Estado no dia 11 de março de 1808, com a nomeação de Ministros. A segurança pública na época era executada pelos chamados "quadrilheiros", grupos formados por "bons homens do Reino", armados de lanças e bastões, responsáveis pelo patrulhamento das vilas e cidades da metrópole portuguesa, cujo modelo foi estendido ao Brasil colonial. Eles eram responsáveis pelo policiamento das 75 ruas e alamedas da cidade do Rio. Com a chegada dessa "nova população", os quadrilheiros não eram mais suficientes para fazer a proteção da Corte, então com cerca de 60.000 pessoas, sendo mais da metade escravos. Em 13 de maio de 1809, dia do aniversário do Príncipe Regente, D. João VI criou a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte (DMGRP), sendo esta formada por 218 guardas com armas e trajes idênticos aos da Guarda Real Portuguesa. Era composta por um Estado-Maior, 3 regimentos de Infantaria, um de Artilharia e um esquadrão de Cavalaria. Seu primeiro comandante foi José Maria Rebello de Andrade Vasconcellos e Souza, ex-capitão da Guarda de Portugal. **Como seu auxiliar foi escolhido um brasileiro nato, o Major de Milícias Miguel Nunes Vidigal.** A Guarda Real de Polícia, (...) teve participação decisiva em momentos importantes da história brasileira como, por exemplo, na Independência do país. No início de 1822, com o retorno de D. João VI a Portugal, começaram as articulações para tornar o Brasil um país independente. A Guarda Real de Polícia, ao lado da princesa D. Leopoldina e o ministro José Bonifácio de Andrade e Silva, mantiveram a ordem pública na cidade de forma coesa e fiel ao então príncipe D. Pedro,

enquanto ele viajava às terras do atual estado de São Paulo. (site da PMERJ)

O importante trabalho de Manuel Antônio de Almeida fez com que o nome de Vidigal ficasse marcado na literatura brasileira, o livro *Memórias de um sargento de milícias* apresentou o militar como um homem temível para o público que gostava das patuscadas, o Major Miguel Nunes Vidigal, o personagem histórico do romance foi definido pelo autor da obra como homem mais capacitado para função. Com o seu chicote tornou-se um o símbolo da repressão, muito temido e também respeitado por todos aqueles que tinham problemas com a lei ou não tinham problemas algum com a legislação. Apesar do caráter ficcional da obra estudada, no romance, as características da DMGRP são tratadas de maneira fidedigna aos registros históricos verdadeiras, e de certa forma não contraria a verdade, uma delas é a forma de patrulhamento noturno, que deveria ser reservado e no maior silêncio possível, conforme item XIV do regulamento interno da guarda real, e pode ser consultado na coleção de leis do império:

XIV. As patrulhas de Infantaria de noite não andarão em continuado gyro, mas de espaço 13m espaço se occultarão em sitio mais reservado e no maior silencio, para poderem escutar qualquer bulha ou motim, e apparecerem repentinamente sobre o lagar da desordem. (Coleção das Leis do Brasil, p, 60)

A Verossimilhança do texto de Manuel Antônio de Almeida e o dia a dia da do efetivo DMGRP comandada pelo major Vidigal, correspondem exatamente com item XIV do decreto de criação da guarda real, pois os granadeiros faziam a ronda da cidade no horário noturno, Segundo Cândida Vilares Gancho (2002), “mesmo sendo inventado, o leitor deve acreditar no que lê. Esta credibilidade advém da organização lógica dos fatos dentro do enredo”. Observe os fragmentos do romance, e logo após compare com os itens do decreto de criação da DMGRP:

Uma companhia granadeiros comandada pelo major Vidigal, fazia toda a ronda da cidade de noite, e Não havia beco nem travessa, rua nem praça, onde não se tivesse passado uma façanha do Sr. major para pilhar um maroto ou dar caça a um vagabundo. A sua sagacidade era proverbial, e por isso só o seu nome incutia grande terror em todos os que não tinham a consciência muito pura a respeito de falcatruas. (ALMEIDA, p, 92)

A composição das companhias da Guarda Real era constituída preferencialmente por oficiais e praças nascidos em Portugal, conforme itens II e III do decreto de criação da Guarda Real, observe:

II. Esta Guarda será formada dos melhores Soldados escolhidos entre os quatro Regimentos de Infantaria e Cavalaria de Linha da guarnição desta Corte; não só pela preferência da sua robustez indispensável para as funções do penoso e aturado serviço a que são destinados, mas ainda pela circunstância de melhor morigeração e conduta: os respectivos Coronéis, segundo as ordens que receberam do General, farão, pois esta exata e escrupulosa escolha, e designarão assim, segundo a força atual dos seus Corpos, o contingente que tem de dar a formatura desta Guarda, devendo, contudo serem estes Soldados conservados no casco e serviço dos Regimentos, até que este Corpo, fornecido do seu armamento e fardamento, possa começar o seu particular serviço. (Coleção das Leis do Brasil, p, 56)

III. Existindo nos mesmos Corpos de linha da guarnição desta Corte alguns Oficiais Inferiores e Soldados que foram da Guarda Real da Polícia de Lisboa, devem estes com preferência ser chamados para este serviço que já tem a vantagem de conhecer, tornando-se assim mais fácil a maneira de dar a este Corpo aquela disciplina particular do seu serviço detalhado de patrulhas e rondas. (Coleção das Leis do Brasil, p, 56)

Outro item que merece atenção no decreto de criação da DMGRP era a disciplina que tinha em sua rotina diária alguns protocolos de punições para o público interno, a fiscalização disciplinar era exercida por um oficial, que ao mesmo tempo era um agente de repressão e controle, dentro e fora dos muros dos quartéis na cidade, a disciplina estabelecia o seguinte:

VIII. Os Oficiais respectivos assistirão o mais perto que se possa do alojamento das suas Companhias, para manter nestas aquela disciplina e boa ordem que convém, particularmente o de Cavalaria, que deve vigiar miudamente no trato e sustento dos Cavalos, em que a mais pequena negligência deve ser asperamente castigada; e um Oficial Inferior assistirá sempre ao serviço da Cavalaria, por cuja ordem será responsável, tanto de dia como de noite. (Coleção das Leis do Brasil, p, 58)

IX. Haverá ranchos em todas as Companhias; os respectivos Comandantes procurarão que sejam suficientes e regulados de maneira que o Soldado ache o seu sustento a horas próprias, pois que o seu penoso exercício exige esta providência. (Coleção das Leis do Brasil, p, 58)

X. As revistas se farão de manhã e à noite, devendo ser punidos os que faltarem: e, se o aquartelamento o permitir, se exigirá, que não só todos os Soldados, mais ainda todos os Oficiais Inferiores pernitem no Quartel, à porta do qual existirá sempre uma sentinela: a guarda se renderá todos os dias pelas sete horas da manhã. (Coleção das Leis do Brasil, p, 58)

XIII. Toda a patrulha que de dia ou de noite prender pessoas suspeitas, ladrões ou assassinos, os conduzirá logo a prisão determinada pela Polícia, recebendo do Carcereiro o competente 'recibo (Coleção das Leis do Brasil, p, 58)

XIV. As patrulhas de Infantaria de noite não andarão em continuado gyro, mas de espaço 13m espaço se occultarão em sitio mais reservado e no maior silencio, para poderem escutar qualquer bulha ou motim, e apparecerem repentinamente sobre o lagar da desordem: (Coleção das Leis do Brasil p, 58)

XVIII. Todo o Commandante de patrulha que por omissão deixar escapar um ladrão ou assassino, será demittido e posto em Conselho de Guerra. (Coleção das Leis do Brasil p, 59)

Portanto, o propósito do poder disciplinar para os militares DM-GRP era formar corpos dóceis e produtivos, mas com objetivo de aprender os costumes e os códigos da sociedade para patrulhar a cidade durante o serviço de vigilância.

2.1. Major Miguel Nunes Vidigal

No Brasil entre o tempo do rei e o período em que viveu o autor Manuel Antônio de Almeida, não havia nenhuma menção para expressão ordem pública, mas sim uma ideia da boa ordem e sossego público, e essa boa ordem era mantida pelo antagonista da obra o Major Vidigal da (DMGRP).

Na trajetória de vida Miguel Nunes Vidigal é possível observar que ele tem como local de nascimento a cidade de Angra dos Reis, sua vida na carreira militar teve início no ano de 1782, quando ingressou nas fileiras do regimento de cavalaria de milícias daquela capitania. Ocorrido dois anos, ele galga ao posto de tenente em dezembro de 1784, e seis anos depois chega à patente de capitão em outubro de 1790, ao posto de sargento-mor no ano de 1797, a tenente-coronel em 24 de junho de 1808, a coronel em 26 de outubro daquele mesmo ano, ou seja, 1808.

Miguel Nunes Vidigal, mais conhecido como Major Vidigal, o personagem histórico da obra de ficção aqui analisada, segundo o autor apresenta a seguinte descrição:

O major Vidigal era o rei absoluto, o árbitro supremo de tudo que dizia respeito a esse ramo de administração; era o juiz que julgava e distribuía a pena, e ao mesmo tempo o guarda que dava caça aos criminosos; [...]. Era o Vidigal um homem alto, não muito gordo, com ares de moleirão; tinha o olhar sempre baixo, os movimentos lentos, e voz descansada e adocicada. Apesar deste aspecto de mansidão, não se encontraria por certo homem mais apto para o seu cargo. (ALMEIDA, 2015, p 91)

Entretanto, algo não explicado em grande parte por aqueles que estudaram a obra Memórias de um sargento de milícias é a origem do

possível rebaixamento de posto de coronel para major do histórico personagem Vidigal, após consultar dados de sua biografia em páginas da internet, no próprio site da PMERJ e ainda no livro de Feruccio Fabbri um Tenente Coronel da PM e autor da obra: *Ergue-se e fala o passado da PMERJ (1971)* mencionou a possibilidade do posto de coronel de Vidigal, saber:

Com o posto de major de milícias, Vidigal passa a coadjuvar o comando da DIVISÃO MILITAR DA GUARDA REAL DA POLÍCIA. A destacada atuação no serviço de policiamento, Certamente, por seu realce no comando de ronda da cidade, Vidigal é designado. Como major de milícias (embora fosse coronel), para ajudante do tenente coronel José Maria Rebello de Andrade Vasconcellos, comandante da DMGRP. (FABBRI, 197?, p. 1)

Não ficou claro o motivo do rebaixamento o Major de Milícias Miguel Nunes Vidigal, já ele tinha a função de coronel segundo consta em dados biográficos com citações de documento do império. Talvez o motivo da ironia feita pelo autor Manoel Antônio de Almeida quanto “a organização da polícia da cidade, ou antes, estava-o de um modo em harmonia com as tendências e ideias da época” o desrespeito às leis e as normas da época ou jeitinho de por ordem na desordem.

Sabe-se que o ex-capitão da Guarda de Portugal José Maria Rebello de Andrade Vasconcellos e Souza, ao chegar em solo Brasileiro graças a sua amizade com o rei foi nomeado tenente coronel e tornou-se o comandante da DMGRP, e o mesmo aconteceu com o personagem fictício Leonardo Pataca (Algibebe) que saiu de Portugal viera ao Brasil, e aqui chegando, protegido por alguém torna se meirinho.

O major Miguel Nunes Vidigal, terror da malandragem carioca, por conta da forma truculenta de agir antes de tornou-se comandante geral da DMGRP,

[Vidigal] Foi promovido a general em março de 1822, quando transferiram sua patente da milícia para o Exército regular, de maior prestígio, e ele se tornou o comandante da Guarda Real de Polícia. Entre as várias comendas e condecorações que Vidigal recebeu, a mais notável foi a de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul, concedida pelo próprio imperador dom Pedro I em dezembro de 1822. Aposentou-se com honras e a patente de marechal-de-campo em novembro de 1824. (HOLLOWAY, 1997, p. 51)

Além da promoção, ele recebeu em forma de recompensa por seus serviços prestados a cidade, um terreno ao pé do morro dois irmãos, hoje

ocupado pela Favela do Vidigal, esta informação é retratada no trabalho monográfico de André Luiz Reis Mattos, da seguinte forma:

O nome Vidigal era sinônimo de poder no Rio de Janeiro do Primeiro Império (1822-1831). O major de milícias e cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, Miguel Nunes Vidigal, por exemplo, foi um dos homens mais influentes da cidade no século XIX. Por causa disso, recebeu presentes diversos ao longo da vida. Alguns deles bem valiosos, como o enorme terreno aos pés do Morro Dois Irmãos, exatamente onde hoje existe a favela. O major recebeu o agrado de monges beneditinos por volta de 1820. Daí a origem do nome Vidigal, que batizou primeiro a praia e depois a favela. O terreno ficou em mãos de herdeiros do major Vidigal até 1886, quando foi comprado pelo engenheiro João Dantas. Seu sonho era construir ali o ponto de partida de uma linha férrea que seguiria até o litoral sul fluminense. João Dantas gastou todo seu patrimônio na empreitada, que no final acabou não virando realidade mas serviu como base para a construção da atual Avenida Niemeyer, que liga os bairros do Leblon e São Conrado. (MATTOS, 2010, p, 7)

No entanto, sua residência ficava na Rua da Misericórdia, uma das mais antigas da cidade, e perto da terceira companhia de infantaria da Guarda Real de Polícia, no Campo da Ajuda atual Cinelândia. O final de vida de Miguel Nunes Vidigal deu-se no ano de 1843, aos 98 de idade no posto de marechal do exército, e segundo Jarouche (2015, p 50) “Num episódio meio obscuro que só veio à tona com a sua morte, parece que foi pilhado com a boca da botija, em flagrante de corrupção, sendo obrigado a devolver dinheiro aos cofres públicos.

3. Considerações finais

Ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar que a leitura do romance “Memórias de um Sargento de Milícias”, possibilita conhecer não só os costumes da sociedade carioca, mas é um gancho para conhecer melhor a história da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia (DM-GRP), instituição que no tempo imperial tinha a missão de exercer o policiamento ostensivo e a preservação da boa ordem naquele início do século, e ainda hoje tem essa função.

Percebe-se que o autor retrata de forma divertida, e também irônica algumas regras e vícios da sociedade carioca daquele início de século, e compara o cotidiano da população Rio de Janeiro, entre duas épocas, ou seja, o período de D. João VI (1808-1821) e o período de D. Pedro II (1841-1855...), época em que escreveu a obra (1854 e 1855), Trata-se de um romance que reúne diferentes tipos dessa sociedade do início do

século, que simultaneamente apresentava um comportamento aventureiro onde ninguém era cem por cento certo, tão pouco cem por cento errado.

Nessa perspectiva, buscamos elucidar algumas características apresentadas no romance de Manuel Antônio de Almeida, que buscou no contexto histórico brasileiro informações para a construção da obra. Nela existe um clima de revanche entre os pólos, e no meio desses dois universos surge um típico malandro carioca, Leonardo, o protagonista da narrativa. Ele aparece em todos os capítulos dessa obra composta de ação e suspense, e no final, torna-se sargento da instituição responsável pelo patrulhamento da cidade integrando-se ao mundo da boa ordem, após um casamento favorável com Luisinha uma antiga paixão.

Quanto à escolha de obra se deu pelo fato dela apresentar a descrição de acontecimentos do passado relacionados à cultura e ao comportamento da população, e foi com um olhar atento na descrição que autor fez desses eventos, e da forma atuação do personagem histórico, o major Miguel Nunes Vidigal, principalmente da sua na forma invisível e violenta de patrulhar as ruas da cidade citadas no romance.

Desse modo, olhamos e comparamos alguns fragmentos da narrativa com o decreto de criação da guarda real de polícia, onde foi possível observar de forma crítica as regras para comportamento dos membros da guarda, e as normas estabelecidas para policiar a relação entre as classes sociais que permanecem até os dias de hoje, a obra é um testemunho histórico da época na qual foi produzida, e apresenta, em suas páginas, mesmos de forma ficcional dados histórico daquele período, época que houve mudanças importantes para a história do Rio de Janeiro e o resto do país, numa sociedade que repete o seu passado no atual presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE Mario de. 1893-1945. Aspectos da literatura brasileira. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002. p. 145-60

ALMEIDA, M. A. de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo, Ateliê, 1999.

CANDIDO, Antônio. Dialética da malandragem. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, 1970.

_____. Manuel Antônio de Almeida: o romance em moto contínuo. In: _____. *Formação da Literatura Brasileira*. Vol. II. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993.

_____. O romantismo no Brasil. In: Antônio Candido. São Paulo-SP: Humanitas / FFLCH, 2002.

FABRI, Ferrúcio. *Ergue-se a fala e o passado da PMRJ*: Irmandade de Nossa Senhora das Dores da PMERJ. v. 1. 197?

GANCHO, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 1991.

GOMES, Laurentino. 1808. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

JAROUCHE, Mamede Mustafá. Galhofa sem melancolia: as Memórias num mundo de Luzias e Saquaremas. In: ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Apresentação e notas de Mamede Mustafá Jarouche. 4. ed. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2015.

MATTOS, André Luiz Reis. *História e Fotografia*: A fotografia como fonte historiográfica no registro das transformações das paisagens urbanas – Morro Dois Irmãos no Rio de Janeiro/RJ Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276740620_ARQUIVO_textoAMPUH.pdf> Acesso em: 08 abr. 2019.

OTSUKA, E. T. *Era no tempo do rei*: Atualidade das Memórias de um sargento de milícias. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2016.

RONCARI, Luiz. *Literatura Brasileira dos Primeiros Cronistas aos Últimos Românticos*. São Paulo-SP: Edusp, 2002.

Portugal. Decreto de 13 de maio de 1809. Cria a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro e lhe dá regulamento. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18321/collecao_leis_1809_parte1.pdf> Acesso em: 08 abr 2019.